

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ENSINO SUPERIOR NO PIAUÍ DE 1930 A 1960

Antonio Maurení Vaz Verçosa de Melo¹

“Talvez seja adequado admitir que quando nos referimos à memória e à história estamos procedendo a duas leituras simultâneas da temporalidade: uma que define o tempo como tempo presente e, portanto, saturado de passado e futuro; outra que marca a insistência do passado no tempo e, portanto, se encarrega de seu exame a posteriori.”

(Clarice Nunes)

A pesquisa sobre a educação nos últimos anos ganhou amplitude, principalmente a partir dos anos 80 com a propagação dos cursos de pós-graduações de mestrado e doutorado, juntamente com as transformações ocorridas no campo da pesquisa em História e Educação, que deram, novos objetos, novas fontes e novas abordagens metodológicas e teóricas, possibilitando assim, neste contexto uma maior visibilidade a história das instituições escolares.

É nesta ótica que se insere o referido artigo sobre a História e memória do ensino superior no Piauí de 1930 a 1960, buscando resgatar elementos de sua história ao longo trajetória educacional do período. A delimitação do período se justifica pelo surgimento dos primeiros estabelecimentos de ensino superior do Piauí, a Faculdade de Direito do Piauí (FADI), criada em 1931 e a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí (FAFI) de 1958. Portanto, compreender um pouco de suas histórias e memórias não é apenas construir a história destas faculdades, mas a História da Educação Superior no Piauí, resgatando ideais e sujeitos que fizeram parte deste momento da história da educacional do Estado, que deram sua contribuição nos alicerces destas faculdades, uma riqueza cultural do Piauí.

O ensino superior no Piauí

¹ Professor de História de Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI).

A história da expansão do ensino superior no Brasil é recente, que só veio a se concretizar com a criação da primeira universidade na década de 20, Universidade do Rio de Janeiro ou do Brasil como foi chamada, formada pela integração de várias faculdades criadas no período anterior. As primeiras instituições de ensino superior foram instaladas a partir 1808, com a vinda da família real, essa ação abriu campo para que ao longo do tempo outras instituições fossem criadas, como a própria idéia de universidade passasse pelo um processo de amadurecimento. No contexto político este projeto de criação é instalação de uma universidade no Brasil já era uma luta de longo período que se arrastou desde o período colonial e imperial, vindo a se concretizar no período republicano, mas precisamente na República Velha (1889 – 1930).

A partir de 1930, apresenta-se marcada pelo aumento da procura por uma educação superior fruto das transformações políticas, sociais, econômicas e culturais em processo no país. A Revolução de 30 iria se transformar no motor acelerador deste processo, como afirma Cunha (1980, p.150), “A revolução de 30 veio abrir uma nova quadra na história política do país, na qual o aparelho educacional sofreu alterações de grade envergadura”.

É neste ambiente que o quadro educacional começa a sofrer algumas transformações até porque o momento anterior a 1930 foi marcado pela implantação do perfil republicano de governo, buscando conciliar a política e a estrutura econômica do país. No Piauí, o processo educacional não foi muito diferente do período anterior a 1930 podendo ser caracterizado, pelo fragmento abaixo:

Entre 1910 e 1930, as mudanças mais significativas nesse quadro estão ligadas, de um lado, á incorporação das normalistas pela rede oficial ensino, tanto na Capital como no interior, em substituição aos professores leigos; e, de outro, ao apoio mais efetivo à educação pela alteração das condições materiais, em particular a construção de prédios destinados às escolas públicas, a partir dos governos de João Luís Ferreira (1920-1924) e de Matias Olimpo (1924-1928), o último um entusiasta da educação no Piauí (Queiroz, 1998, p.72-73).

A instalação de um curso superior no Piauí já era um desejo de determinados grupos sociais, principalmente os intelectuais. Aqui no Piauí este grupo representado principalmente pelos bacharéis de Direito. O ensino secundário era outro impulso para

instalação de instituições de ensino superior, após o seu termino não deixava perspectivas de continuidade, apesar de que este, durante os primeiros anos da república, sofreu várias reformas, inclusive de preparação ao ensino superior. O acesso ao ensino superior se dava por uma prova que era conhecida por exames preparatórios, e as escolas que existiam na época no Piauí em especial na capital Teresina não estavam preparadas para conduzir estas mudanças. O próprio Liceu do Piauí estava inserido nesta problemática educacional, onde a elite local preferia colocar seus filhos em colégios particulares. A solução era o deslocamento de estudantes que tinha melhores condições financeiras para as cidades que tinham faculdades e preparar-se para o exame seletivo, já que as escolas secundaristas destas cidades estavam mais bem preparadas com o referido conteúdo do exame.

A educação é condição *sine qua non* para as grandes transformações estruturais e a ausência do ensino superior local, deixa o sonho e a realidade destas mudanças mais distante. O retorno dos que iam estudar fora foi se somando ao desejo de tais mudanças. A idéia de instalação de um curso superior ganhava espaço constante nas rodas e nos discursos dos intelectuais, até porque “A educação, além de regeneradora da sociedade, era tida como essencial de progresso” (Queiroz, 1998, p.87).

O desejo de instalação do primeiro estabelecimento superior no Piauí se realizou a partir da ação de um grupo de intelectuais formados na totalidade por bacharéis de Direito, entre eles Higinio Cunha, uma grande expressão intelectual piauiense e árduo lutador pela criação do ensino superior no Piauí. Como podemos observar em seu texto escrito em 1935, publicado na Revista Acadêmica, da Faculdade de Direito Piauí com o título Memória Histórica da Faculdade de Direito do Piauí.

Era uma antiga aspiração da elite intelectual do Piauí. [...]. Parece que no Norte foi o Ceará quem primeiro criou sua Faculdade de Direito. Outros não tardaram em seguir-lhe o exemplo, destacando-se entre o Amazonas, o Pará e o Maranhão, inaugurando diversos institutos de ensino superior com grande aproveitamento para a cultura espiritual desta região brasileira. Ficava assim o Piauí na penumbra entre esses focos de luz vizinhos[...] (CUNHA, 1935 apud NETO, 2002, p. 146).

Portanto, a luta era um anseio da sociedade intelectual piauiense da época, uma iniciativa particular, porém, que iria contar muito com a participação do Estado ao longo de sua trajetória de ensino.

A Faculdade de Direito

A Faculdade de Direito do Piauí, foi fundada em 25 de março de 1931 e foi solenemente instalada em 14 de abril de 1931, fruto de muito movimento e articulação política, então nasce a nossa primeira instituição de ensino superior a Faculdade de Direito, criada sob uma onda intelectual, basicamente de juristas que se formaram na Faculdade de Direito do Recife. Logo, a influência da mesma, foi muito grande na sua formação acadêmica dos bacharéis, oriundos desta instituição tradicional de ensino jurídico.

A composição da Faculdade de Direito se deu na maioria de magistrados, funcionários públicos e profissionais liberais. A primeira Diretoria teve o Desembargador Francisco Pires de Castro, como Diretor e 1º Vice-Diretor o Desembargador Simplício de Sousa Mendes e primeiro secretário foi o Sr. Joel de Andrade Sérvio. O corpo docente fundador da faculdade era: Adalberto Correia Lima, Cromwell Barbosa de Carvalho, Ernesto José Baptista, Francisco Pires Gayoso de Almendra, Heli Fortes Castelo Branco, Higino Cunha, Joaquim Vaz Falcão Costa, João Emílio Falcão Costa, João Osório Porfírio da Mota, José de Arimatéa Tito, José Messias Cavalcanti, Mário José Baptista, Pedro Borges da Silva e Simplício de Sousa Mendes. O primeiro vestibular, termo utilizado a partir de 1915 em substituição a exames preparatórios, foi realizado no dia 1º de junho de 1931.

Instalada durante o governo do Interventor Federal Capitão Joaquim Lemos Cunha, a mesma funcionou provisoriamente nas instalações da Assembléia Legislativa (antiga Câmara dos Deputados), deixando claro a necessidade de uma instalação própria. Ao longo de sua existência a Faculdade sempre teve que depender da ajuda financeira por parte do Estado, mesmo com caráter particular, as suas receitas não davam para suprir as suas despesas. O corpo docente foi outro problema, ele oscilava muito, ou seja, a maioria era magistrados que sempre ficavam impossibilitados em algum momento de continuar suas atividades de magistério. Os salários também eram outro fator, apesar de que todos tinham uma outra atividade laboral.

As mudanças políticas afetavam também a Faculdade, como ficou claro em sua relação com o golpe de estado de 1937, instituindo o Estado Novo (1937 – 1945), resultando na aprovação de uma nova Constituição para o país, que em um dos seus artigos proibia a acumulação remunerada de cargos públicos. A maioria do seu corpo docente era

constituída de funcionários públicos. A solução encontrada foi pela “desoficialização da Faculdade, de modo que ela pudesse ser mantida como Escola Livre de Ensino Superior.” (FILHO, 2003, p. 23), ou seja, a Faculdade passava ter caráter particular.

Mesmo com o reconhecimento da desoficialização que só ocorreu em 9 de janeiro de 1945, ela ainda recebia assistência financeira do Governo do Estado do Piauí. A própria sede foi adquirida em caráter de doação como um terreno na Avenida Maranhão para construção de suas instalações, mas por falta de recursos suficientes para a construção do mesmo, foi negociada com o governo a doação de um prédio público, localizado na Praça Demóstenes Avelino, onde funcionava o Grupo Escolar Abdias Neves, sendo, portanto sede definitiva da Faculdade de Direito, até sua incorporação a Universidade Federal do Piauí no início dos anos 70.

A primeira turma saiu em 1935, totalizando em 16 bacharéis, todos do sexo masculino, como era composto o seu corpo docente, demonstrando ainda todo o conservadorismo do curso, marcado pela ausência da mulher nesse espaço acadêmico. A primeira mulher só veio a sair na quinta turma formando-se 1939, sendo Júlia Gomes F. Viegas, a primeira mulher a se formar em Direito e abrir o caminho para outras. A maioria dos bacharéis formados iriam compor os quadros públicos de governo, ou seja, fazer parte da burocracia do Estado, renovando uma “elite” burocrática no poder.

As décadas seguintes à Faculdade de Direito, fica sendo o único estabelecimento de ensino superior no Piauí. Esse quadro começou se modificar com a continuidade da expansão do ensino superior no Brasil que se operou:

No período que se estende de 1945 a 1964, observa-se um crescimento significativo do número de instituições. A partir de 1946, começaram a surgir às universidades particulares com especial destaque pra atuação da Igreja Católica. Naquele ano, foram reconhecidas a Pontifícia Universidade do Rio de Janeiro a PUC de São Paulo; dois anos depois, 1946, a PUC de Porto Alegre atingiu o mesmo padrão; ainda entre os não de 1945 a 1950, foram criadas mais quatro universidades federais, seis universidades particulares e 28 IES particulares (faculdades, federações ou escolas isoladas). No final da década de 1950 o Brasil contava, pois, com 21 universidades e mais de cem instituições de Ensino Superior” (ROSSOTO, 1988, p.118).

É neste momento de expansão do ensino superior que surge o nosso segundo estabelecimento de ensino superior do Piauí a Faculdade Católica de Filosofia do Piauí.

Faculdade Católica de Filosofia do Piauí

Fruto da Sociedade Piauiense de Cultura, que em seu Estatuto já deixava claro suas ações “tem por objetivo instituir, manter e dirigir estabelecimento de ensino superior, bem como outras organizações de natureza cultural” (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA, 2002, p.187). Organizada por um grupo de intelectuais, porém muito diferente do primeiro grupo que colaborou com a criação da Faculdade de Direito. Tendo a frente ao Arcebispo Metropolitano de Teresina Dom Avelar Brandão Vilela, recém chegado do bispado de Petrolina para mudar não somente o perfil eclesiástico do Piauí, como também o aspecto educacional como um todo do Estado, com o seu empenho pessoal estabelece as diretrizes para se criar uma Faculdade Católica de Filosofia no Piauí.

É interessante ressaltar que antes da criação da Faculdade Católica de Filosofia do Piauí em 1958, a FAFI, como ficou mais conhecida no meio cultural piauiense da época, tivemos uma experiência anterior com a criação da Faculdade de Filosofia em 1952. Alguns nomes que eram os seus entusiastas neste primeiro momento era José Camilo da Silveira Filho, Celso Pinheiro Filho e Edgard Nogueira só que não tiveram êxito em seu projeto por falta de financiamento e principalmente por ordem legal de funcionamento.

Com a FAFI, sobre as ações de Dom Avelar Brandão Vilela a idéia toma outra configuração pela sua capacidade em lidar com situações adversas e conduzir as idéias da Sociedade criada como entidade mantenedora. A sociedade da época já exigia mudanças educacionais, como argumentava o professor Celso Barros Coelho, ex-aluno da Faculdade de Direito e ex-professor da FAFI e um dos seus fundadores, em depoimento de suas memórias, uma atualização do passado ou a presentificação do passado, a respeito da implantação da FAFI.

Uma faculdade, uma universidade não nasce por acaso e nem nasce por uma imposição da pessoa e do homem. Elas nascem como exigências da vida social. Uma exigência das necessidades humanas. Então, nós saímos daquele clima positivista para um clima espiritualista. Aquele clima que representava o próprio espírito de reforma da educação no Brasil. (SOUSA; BOMFIM; PEREIRA; 2002, p.157).

A FAFI foi instalada a princípio provisoriamente nas dependências, do Colégio Sagrado Coração de Jesus; também contou com entendimento conduzido por Dom Avelar e com as diretoras do colégio as Irmãs Hilza Soares de Almeida e Maria das Mercês Melo do referido estabelecimento criado em 1906, fruto do desenvolvimento educacional da Igreja.

Os curso oferecidos pela Faculdade eram o de Filosofia, curso central da grade da Faculdade Católica Filosofia, seguindo o perfil das demais criadas no Brasil. Geografia e História que eram ligados e Letras Neolatinas, passando mais tarde na sua trajetória a criar os cursos de aperfeiçoamentos em Matemática e Física na década de 60, que seriam as bases dos referidos cursos neste Estado. O corpo docente foi outro grande problema para o funcionamento da Faculdade. O Piauí não tinha a dispor os professores formados em licenciatura suficientes nos referidos cursos criados, para atender á necessidade do corpo docente. Então foram convidados outros professores, alguns ex-alunos da Faculdade de Direito.

Em 18 de fevereiro de 1958, foi autorizado o funcionamento da Faculdade, tendo como parte do corpo docente da mesma: Lineu da Costa Araújo, José Camilo da Silveira Filho, Celso Barros Coelho, Manoel Paulo Nunes, Raimundo Nonato de Santana e outros. A FAFI se propôs a ser diferente até no corpo docente, que era formado por duas mulheres, rompendo asso, o muro da Escola Normal espaço magistério reservado a elas, ou seja, as primeiras professoras do ensino superior do Piauí foram às professoras Teresinha Pinheiro Leal Nunes com a disciplina Língua e Literatura Espanhola e Literatura Hispano-Americana e Maria de Lourdes Leal Nunes ministrando Língua e Literatura Francesa.

A FAFI, semelhante á Faculdade de Direito, contou com a ajuda financeira do Estado constantemente, já que as mensalidades dos cursos não eram suficientes para custear as despesas da mesma, até porque, a Faculdade era uma escola múltipla pela quantidade de cursos que oferecia.

A educação piauiense percebeu a importância da FAFI, onde o ensino secundário teve uma sensível melhora pela qualidade dos alunos formados que seguiam na carreira do magistério, não somente na capital, mas em todo o Piauí. As primeiras turmas de Filosofia, Geografia e História e Letras Neolatinas saíram em 1960 respectivamente.

A Faculdade de Filosofia deixou marcas, como relata este depoimento que segue:

No início da década de 60 não era tão comum o acesso da mulher teresinense a um curso superior. Mesma para aqueles que rompiam essas barreiras o ingresso no estudo de 3º. Grau era sempre precedido de muita expectativa. Para mim, foi o início de um período muito especial e favorável: passei a vivenciar uma liberdade há muito tempo almejada mas, até então, desconhecida na prática.(PORTELA, apud, SOUSA; BOMFIM; PEREIRA; 2002 p.250).

Portanto a FAFI vivenciou transformações individuais e coletivas na personificação de desejos e transformações pessoais, onde “a memória não apenas como produção do conhecimento, mas também como fonte para ressignificação da educação e da cidadania” (NUNES, 2003, p.20). Em que os anseios adquirem caminho através das trajetórias escolares.

Observações finais

O percurso do ensino superior no Piauí demonstrou que os ideais foram bastante claras na construção de um processo educacional acelerador, buscando acompanhar as transformações políticas e culturais do país, inserindo homens e mulheres no espaço cultural piauiense.

Percebemos que, a Faculdade de Direito pela tradição e formação conservadora, foi mais fechada, todavia a Faculdade Católica de Filosofia, foi humanista e espiritual, guiando uma mudança cultural no ensino intelectual. Logos, as duas primeiras entidades de ensino superior, vieram transformar e contribuir para processo de instalação da primeira universidade do Piauí.

Referência bibliográfica

BRITO, Itamar Sousa. História da Educação no Piauí. Teresina: Edufpi, 1996.

CORTEZ, Maria Cecília; SOUZA, Christiano de Souza. Escola e memória. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CUNHA, Luiz Antonio. A universidade temporã. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1980.

FÀVERO, Maria de Lourdes de.A. Universidade do Brasil das origens à construção. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2000, v. 1

_____. Universidade & Poder. Rio de Janeiro: Achiamé. 1982.

_____. A universidade brasileira em busca de sua identidade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1977.

FERRO, Maria do Amparo Borges. Educação e sociedade no Piauí Republicano. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

FILHO, Benedito da Rocha Freitas. Faculdade de Direito do Piauí – 25 anos de sua história. Teresina: [s.n], 2003.

_____. História da Faculdade Católica de filosofia do Piauí. Teresina: [s.n], 2003.

HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

LEAL Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. História e memória da Escola Nova. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

NUNES, Clarice. Memória e história da educação: entre práticas e representações. In: LEAL, Maria Cristina; PIMENTEL, Marília Araújo Lima. (Orgs.) História e Memória da Escola Nova. São Paulo: Edições Loyola. 2003. p. 9-25.

SANTOS NETO, Antonio Fonseca dos. A organização universitária e suas interfaces com as estruturas de poder no Piauí. Teresina, 1998, 178f. Dissertação (Mestrado em Gestão Universitária)- Universidade Federal do Piauí.

PASSOS, Guiomar de Oliveira. Universidade brasileira e atitude de classe: a prática docente entre 1930 a 1960. Teresina. 1997, 153f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Piauí.

QUEIROZ, Teresinha. Os literatos e a República – Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo. 2 ed. Teresina/ João Pessoa: Edufpi/UFPB, 1998.

ROSSOTO, Ricardo. Universidade: nove séculos de História. Passo Fundo: Ediup, 1988.

SOUSA, Francisca Mendes de; BOMFIM, Maria do C. Alves do; PEREIRA, Maria das Graças Moita R. Presente do Passado: A Faculdade Católica de Filosofia na História da Educação do Piauí. Teresina: Eufpi, 2002.

